



MINISTÉRIO DA CULTURA  
Coordenação-Geral de Governança Audiovisual  
MinC/SAV/DFIA/CGGAV

Edifício Venâncio, 9º Andar, Bloco B-50, Setor Comercial Sul, Quadra 8 - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70333-900

## ATA DE REUNIÃO

Aos 31 dias do mês de outubro do ano de 2025, às 09h30, em sua Sede no Edifício Venâncio, 9º Andar, Bloco B-50, Setor Comercial Sul, Quadra 8 - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, realizou-se reunião deliberativa do Conselho Superior do Cinema - CSC e seminário sobre Política do Audiovisual, sob a Coordenação da Secretária do Audiovisual Sra. Joelma Gonzaga e com o comparecimento da Coordenadora-Geral de Governança Audiovisual da Secretaria do Audiovisual, Sra. Renata Magioli; da Secretária do Audiovisual, Sra. Joelma Oliveira Gonzaga; da representante da Casa Civil da Presidência da República, Sra. Carla Ramos; da representante do Ministério da Educação, Sra. Amanda Machado; da Sra. Débora Beserra, titular da Casa Civil; do representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sr. Eduardo de Araújo Nepomuceno; da representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Sra. Miriam Gomes Alves; e dos representantes da Sociedade Civil, Sr. Mauro Alves Garcia, Sr. Fernando Magalhães, Sra. Luiza da Luz Lins (SC), Sra. Barbara Sbraletta Margadonna, Sr. Clemilson Farias (AM), Sra. Vânia Lima (BA), Sra. Rosana dos Santos Alcântara e Sra. Mariza Leão.

A reunião foi iniciada pela Coordenadora-Geral de Governança Audiovisual da Secretaria do Audiovisual, **Sra. Renata Magioli**, que deu as boas-vindas aos participantes e solicitou que os conselheiros registrassem seus nomes e e-mails na lista de presença disponibilizada no chat, a fim de sistematizar as informações de participação.

Em seguida, a Secretária do Audiovisual, **Sra. Joelma Oliveira Gonzaga**, cumprimentou todos os presentes e agradeceu a participação. A Secretária destacou a importância do momento vivido pelo setor, especialmente em relação ao debate sobre a **regulação do Vídeo sob Demanda (VOD)**, atualmente em curso na Câmara dos Deputados. Comunicou que havia lido o relatório substitutivo do Projeto de Lei divulgado na noite anterior e que o Governo Federal vem atuando de maneira firme e articulada sobre o tema.

Em seguida, a Secretária deu as boas-vindas ao palestrante convidado, **Sr. Manoel Rangel**, destacando sua trajetória e relevância para o setor audiovisual brasileiro. Ressaltou sua atuação de 12 anos à frente da **Agência Nacional do Cinema (ANCINE)**.

O **Sr. Manoel Rangel** iniciou sua fala agradecendo o convite e a oportunidade de retornar ao Conselho Superior do Cinema, do qual participou ativamente desde sua reestruturação em **2003**. Recordou que sua última participação no Conselho ocorreu em **maio de 2017**, quando apresentou o resultado da consulta pública e a sistematização elaborada pela ANCINE sobre a regulação do Vídeo por Demanda.

Relatou que o debate sobre o tema vinha sendo conduzido desde **2015**, mas foi interrompido pelo processo de *impeachment*, o que resultou na perda de importantes acordos setoriais que haviam sido construídos. Mencionou que, à época, havia um ambiente favorável à tramitação célere de uma proposta de regulação, o que acabou sendo inviabilizado pelas mudanças políticas no país.

O palestrante destacou que, conforme já afirmava **Paulo Emílio Salles Gomes**, a recuperação do cinema brasileiro está diretamente relacionada à recuperação do país como um todo, ressaltando que essa conexão permanece evidente ao longo do tempo e continua sendo vivenciada pelo setor audiovisual.

Retomou esse tema ao longo de sua fala, mas aproveitou para recordar que sua última participação no **Conselho Superior do Cinema** ocorreu em **maio de 2017**, mencionou que alguns dos presentes na reunião atual também participaram daquele encontro, entre eles **Fernando Magalhães** e **Mauro**, que o acompanhavam naquele processo.

O expositor ressaltou a satisfação de retornar ao Conselho Superior do Cinema e afirmou que, ao receber o convite da Secretária Joelma Gonzaga, refletiu sobre como poderia contribuir para o trabalho e o diálogo do colegiado. Nesse sentido, apresentou uma reflexão central: qual é o sentido da política pública? E por que o Brasil necessita de uma Política Nacional voltada para esse setor? Qual é a razão para existir uma política nacional do cinema e de audiovisual no Brasil?

Essa pergunta deve servir como uma bússola orientadora para todos os que atuam na formulação e execução das políticas públicas da área. Relatou que, durante seus 12 anos à frente da ANCINE e 14 anos na gestão pública, mantinha como prática o exercício constante de repensar o propósito e os objetivos gerais e específicos das políticas de audiovisual, estimulando seus colegas de governo e da Agência a refletirem sobre em que ponto o setor se encontrava, para onde deveria avançar e quais medidas seriam necessárias para esse desenvolvimento.

Relatou que esse exercício de reflexão estratégica não se limitava a resultados imediatos, mas também envolvia a formulação de ações estruturantes, cujos efeitos se estenderiam por vários anos. Como exemplo, citou importantes conquistas alcançadas a partir desse processo de planejamento e debate coletivo, entre elas:

**A criação do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA)**, instrumento fundamental de financiamento e fomento ao setor;

**O fortalecimento da capacidade regulatória da ANCINE;**

**A desvinculação do financiamento do setor audiovisual da Lei Rouanet**, decisão tomada em um contexto de intensos debates sobre a política cultural.

Essa desvinculação foi uma medida estratégica que permitiu ao audiovisual atuar com autonomia, considerando suas especificidades econômicas, criativas e industriais, sem depender do sistema geral de fomento à cultura.

Enfatizou que todas essas iniciativas nasceram de reflexões sobre o sentido e os objetivos das políticas públicas, orientadas por uma visão estratégica de longo prazo. Recordou ainda que, durante a crise econômica de 2008, e no contexto do lançamento do (PAC) e de outras iniciativas voltadas à retomada da economia nacional, foi concebido o programa “Cinema mais Perto de Você”, implementado em 2010. O programa promoveu a expansão e modernização do parque exibidor brasileiro, com estímulos diretos e linhas de crédito para a construção de novas salas de cinema.

Mencionou também que, diante da crise no setor publicitário brasileiro, provocada pela crescente presença de agências estrangeiras e pela redução da participação de produtores nacionais na criação de obras publicitárias, foram incluídas, na Lei 12.599, as disposições de proteção ao mercado publicitário brasileiro, com o objetivo de preservar e fortalecer a produção audiovisual nacional nesse segmento.

Destacou que essas e outras iniciativas foram sempre guiadas por um sentido claro de política pública e por objetivos estratégicos bem definidos, conduzidos de forma articulada entre o Conselho Superior do Cinema, a Agência Nacional do Cinema e a Secretaria do Audiovisual. Esses princípios orientaram a formulação e a atualização contínua das políticas do setor, bem como as respostas às novas demandas e desafios que surgiam ao longo dos anos.

Como exemplo desse processo, o palestrante mencionou o surgimento da Lei da TV Paga (Lei nº 12.485/11), resultado de amplos debates iniciados entre 2003 e 2005 no Ministério da Cultura e na Secretaria do Audiovisual.

Segundo relatou, a partir de 2007, as discussões foram retomadas e reapropriadas pelo Congresso Nacional, resultando na apresentação de quatro projetos de lei distintos, que expressavam diferentes perspectivas e interesses da sociedade.

A ANCINE atuou de forma articulada para conciliar e integrar os diferentes projetos e as diversas forças representativas da sociedade, em um processo que envolveu amplo diálogo, construção de consensos e revisão de entendimentos. Esse trabalho conjunto resultou na aprovação da Lei nº 12.485/11, fruto de um processo contínuo de articulação política e técnica desenvolvido entre 2007 e 2011.

Esclareceu que, embora tenha abordado amplamente o tema, ainda não havia explicitado sua visão sobre o sentido e os objetivos gerais da política pública de cinema e audiovisual.

Em sua avaliação, o sentido fundamental da política pública nacional para o setor é possibilitar que o Brasil, como grande País e nação, desenvolva um amplo mercado consumidor de conteúdos audiovisuais brasileiros, com destaque para as produções independentes.

Nesse sentido, reforçou que o propósito central da política pública não é apenas ampliar o consumo de obras audiovisuais em geral, pois o Brasil já é e continuará sendo um grande mercado consumidor de produções estrangeiras. O foco, portanto, deve ser fortalecer a presença e a circulação das obras nacionais no próprio território e no exterior.

**O Sr. Manoel Rangel** afirmou que o objetivo central da política pública nacional de cinema e audiovisual deve possibilitar que o Brasil consolide um amplo mercado consumidor de conteúdos audiovisuais brasileiros, especialmente da produção independente. Ressaltou que o País já é, independentemente de políticas públicas, um grande consumidor de obras audiovisuais em geral, mas que a existência e a circulação de conteúdos nacionais dependem de ações estruturadas do Estado, a exemplo do que ocorre em países como China, Rússia, Índia e na Europa.

Destacou que a capacidade de produzir e difundir narrativas próprias é fundamental para a afirmação cultural do país, evitando que a representação da identidade nacional seja construída exclusivamente por terceiros, muitas vezes de forma estereotipada ou distorcida. Enfatizou que a produção audiovisual nacional é essencial para garantir voz, diversidade e autonomia cultural.

Registrou que suas reflexões decorrem tanto de sua experiência na gestão pública quanto de sua atuação atual como produtor audiovisual, conciliando atividades de produção de serviços e produção independente. Assinalou que essa vivência lhe permite avaliar os desafios de equilibrar interesses distintos dentro do setor e a importância de ambientes institucionais que favoreçam a emergência das melhores soluções.

Ressaltou, ainda, que há capacidade técnica e institucional nos órgãos públicos vinculados ao setor, como a Agência Nacional do Cinema (ANCINE) e a Secretaria do Audiovisual (SAV), para atender às demandas do país, desde que sejam criadas condições que priorizem o interesse público. Defendeu a necessidade de retomada de uma agenda comum e do fortalecimento do espírito público, com a superação de interesses particulares ou setoriais na formulação das políticas.

Por fim, alertou que políticas públicas fragmentadas, baseadas exclusivamente na soma de interesses específicos, tendem a gerar insatisfação permanente e perda de legitimidade. Manifestou, contudo, confiança na possibilidade de construção de políticas equilibradas e eficazes, lembrando experiências positivas acumuladas ao longo das últimas décadas e o legado de gerações anteriores na formulação das políticas públicas para o cinema e o audiovisual. Encerrou colocando-se à disposição para o diálogo com o Conselho.

A **Secretária do Audiovisual, Sra. Joelma Gonzaga**, agradeceu a participação do Sr. Manoel Rangel, destacando a relevância e a profundidade de sua exposição, bem como a contribuição de suas reflexões para o debate setorial. Registrou o privilégio de ouvi-lo e agradeceu por ter aceitado o convite, abrindo, em seguida, espaço para breves manifestações dos conselheiros acerca do seminário apresentado.

Na sequência, a **Coordenadora-Geral de Governança Audiovisual, Sra. Renata Magioli**, também agradeceu ao palestrante, ressaltando a importância de sua fala para o fortalecimento do debate no âmbito do Conselho.

A **Conselheira Mariza Leão** manifestou-se destacando o impacto e relevância da exposição do seminário, contextualizando sua trajetória de aproximadamente 50 anos no setor audiovisual.

Ressaltou preocupações quanto ao atual cenário da produção nacional, especialmente diante das relações estabelecidas com plataformas de streaming, que, segundo pontuou, tendem a reduzir o papel do produtor independente à condição de prestador de serviços, em detrimento de sua função criativa.

A Conselheira alertou para a fragilidade da política pública frente ao poder econômico concentrado no mercado global e para a ausência de metas claras voltadas ao fortalecimento estrutural da produção independente brasileira. Apontou, ainda, a percepção de desorganização, falta de foco e fragmentação nas políticas recentes, mencionando que agendas extensas e dispersas dificultam o enfrentamento de temas urgentes e estratégicos para o setor.

A **Sra. Mariza Leão** ressaltou a necessidade de maior clareza de prioridades, defendendo que a política pública do audiovisual deve ser compreendida como parte essencial da economia nacional. Manifestou preocupação com disputas internas e tensões entre segmentos do próprio setor, que, segundo destacou, não deveriam se opor ao fortalecimento coletivo do ecossistema audiovisual brasileiro. Por fim, conclamou à realização de uma reflexão aprofundada sobre os rumos da política pública, especialmente no contexto do atual mandato presidencial, enfatizando a urgência de ajustes para garantir foco, equilíbrio e sustentabilidade ao setor.

A Conselheira **Rosana Alcântara** manifestou-se destacando o impacto e a relevância da exposição do Sr. Manoel Rangel, ressaltando a atualidade de sua análise sobre as políticas públicas do audiovisual e a consistência de sua visão de Estado e de mercado. Avaliou que a fala contribui de forma alentadora para o início desta nova fase dos trabalhos do Conselho, em consonância com a condução proposta pela Secretaria.

A Conselheira concordou com a necessidade de aprofundar reflexões no âmbito do Conselho, conforme já apontado por outros membros, ressaltando a importância de organizar um debate mais estruturado sobre temas estratégicos. Nesse sentido, registrou a percepção de um possível desalinhamento entre a política geral do governo e as políticas públicas de financiamento do audiovisual, mesmo no terceiro ano de sua implementação, destacando que tal situação decorre de múltiplas coordenações e condicionantes institucionais.

Por fim, enfatizou a necessidade de um debate mais orgânico e articulado, com protagonismo do Conselho Superior do Cinema, sobre a política de financiamento do setor, avaliando que o Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual, por sua própria composição e segmentação, não é suficiente para abarcar essa discussão de forma ampla, sendo fundamental o apoio e a participação integrada da ANCINE e da Secretaria do Audiovisual. Acrescentou que é necessário aprofundar a compreensão sobre os rumos das linhas de financiamento do Fundo Setorial do Audiovisual e seus reflexos no setor do cinema e do audiovisual nos últimos anos. Ressaltou a importância de uma reflexão mais objetiva sobre as mudanças estruturais em curso, especialmente o novo patamar estratégico imposto pela crescente presença de grandes empresas de comunicação e plataformas de streaming.

Destacou que os processos de fusões, aquisições e concentrações empresariais têm impactado diretamente o mercado audiovisual brasileiro, influenciando de forma significativa a produção, a circulação e o consumo de conteúdo. Por fim, apontou essas questões como centrais para o momento atual de reformulação das políticas públicas do audiovisual, no contexto desta nova fase dos trabalhos do Conselho Superior do Cinema.

A **Conselheira Vânia Lima** agradeceu ao Sr. Manoel Rangel pela disponibilidade e generosidade em compartilhar sua visão estratégica sobre o setor audiovisual, destacando a relevância da elaboração de uma síntese das reflexões apresentadas. Em seguida, pontuou três questões consideradas centrais para o debate.

Inicialmente, ressaltou que o cenário do audiovisual em 2025 apresenta características substancialmente distintas daquele observado no início da consolidação das políticas públicas e do fortalecimento do Fundo Setorial do Audiovisual, destacando o aumento significativo no número de produtoras, a ampliação das expectativas do setor e a emergência de novos eixos de produção para além do eixo tradicional Rio–São Paulo. Nesse contexto, enfatizou a necessidade de revisão das estratégias e dos mecanismos de política pública, de modo a refletir essa nova realidade.

Em segundo lugar, observou que o adensamento do setor, impulsionado por políticas recentes como a Lei Aldir Blanc e a Lei Paulo Gustavo, é irreversível e deve ser considerado como fator estruturante nas decisões futuras, sem prejuízo da atenção às dinâmicas de mercado e à sustentabilidade econômica do audiovisual.

Por fim, sugeriu a ampliação da reflexão sobre o posicionamento do audiovisual para além do campo exclusivo da cultura, considerando suas interfaces com educação, indústria e outras áreas estratégicas, questionando se o arcabouço atual é suficiente para abarcar toda a complexidade e o potencial do setor.

Concluiu reiterando o agradecimento ao palestrante pela contribuição qualificada ao debate.

A **Conselheira Tatiana Costa** agradeceu à Secretária Joelma e ao Professor Manoel pela abertura do espaço de diálogo, ressaltando a importância do Conselho como instância de convergência entre diferentes visões, com foco na proteção do interesse público. Destacou a relevância da exposição do Prof. Manoel, especialmente suas reflexões teóricas, com base no pensamento de Paulo Emílio Salles Gomes, e a necessidade de atualizá-las frente às complexidades contemporâneas do audiovisual brasileiro.

Enfatizou que o cenário atual do setor é fruto das políticas públicas implementadas nas últimas décadas, incluindo ações afirmativas e arranjos regionais, que ampliaram e diversificaram o ecossistema audiovisual em todo o país. Ressaltou que essa ampliação exige uma abordagem generosa e estratégica por parte do Conselho e dos formuladores de políticas públicas.

Mencionou a emergência de novos agentes econômicos e culturais em diferentes regiões, bem como o reconhecimento, pelo próprio Ministério da Cultura, de lacunas no ecossistema formado a partir dessas políticas. Concordou com manifestações anteriores sobre o desafio de lidar com a complexidade atual, destacando que não se trata de substituição de modelos, mas de responder adequadamente à nova realidade do setor.

Por fim, manifestou preocupação com a atuação do Comitê Gestor, apontando limitações quanto à previsibilidade e à consideração estratégica da complexidade do cenário, inclusive no contexto das discussões sobre a nova indústria do Brasil, reiterando a importância das reflexões apresentadas pelo Prof. Manoel.

O **Conselheiro Clemilson Farias** manifestou agradecimento aos membros do Conselho e, em especial, ao Prof. Manuel Rangel, ressaltando sua contribuição ao debate. Destacou que, embora não acompanhe a formulação das políticas públicas do audiovisual desde seus momentos iniciais, reconhece-se como fruto direto desse processo histórico, construído ao longo dos anos por meio de caminhos abertos pelas gerações anteriores.

Ressaltou que as políticas públicas do audiovisual brasileiro foram sendo consolidadas de forma progressiva, abrindo espaço para novos agentes e regiões, especialmente fora dos eixos tradicionais. Nesse sentido, enfatizou a importância do conceito de equilíbrio mencionado pelo expositor, compreendido como o reconhecimento da dinâmica do setor e dos diferentes estágios de desenvolvimento existentes no território nacional.

Pontuou que a política pública deve considerar simultaneamente a consolidação de mercados já estruturados, como os dos eixos Rio de Janeiro e São Paulo, e a criação de condições para o fortalecimento de novos polos regionais, respeitando suas vocações e trajetórias próprias, sem que isso represente oposição entre os diferentes espaços de produção.

O Conselheiro destacou ainda que a política pública para o audiovisual não pode ser avaliada exclusivamente por indicadores econômicos ou de mercado, devendo incorporar dimensões culturais e sociais, bem como critérios mais amplos de avaliação de resultados e impactos. Enfatizou que o simples repasse de recursos financeiros não se configura, por si só, como política pública, sendo necessário avançar em estratégias estruturantes.

Por fim, situou o momento atual como um novo ciclo de governo e de formulação de políticas, ressaltando a importância de compreender a realidade resultante das leis recentemente

implementadas, como a Lei Aldir Blanc e a Lei Paulo Gustavo, que ampliaram significativamente o número de agentes no setor audiovisual. Agradeceu, novamente, a contribuição do Prof. Manuel Rangel e reconheceu o papel das políticas anteriormente implementadas na configuração do cenário atual do audiovisual brasileiro.

O **Conselheiro Sandro Rodrigues** cumprimentou a Secretaria-Executiva, representada por Joelma e Renata, pela iniciativa de convidar o Prof. Manuel Rangel, destacando a relevância da exposição apresentada, a qual proporcionou um diagnóstico aprofundado (“raio-x”) sobre a trajetória das políticas públicas do audiovisual brasileiro, contribuindo de forma significativa para a reflexão do Conselho em momento estratégico de discussão sobre o VoD.

Ressaltou a importância de compreender o histórico de construção do setor para subsidiar os trabalhos futuros do Conselho, enfatizando a necessidade de uma visão pública e sistêmica do audiovisual, voltada ao fortalecimento do ecossistema como um todo, em detrimento de abordagens exclusivamente individuais. Destacou, ainda, a relevância da proteção de todas as cadeias produtivas do setor, como premissa fundamental da política pública.

O Conselheiro abordou os impactos da expansão do streaming a partir de 2019, reconhecendo que, embora tenha ampliado a prestação de serviços, também inaugurou um patamar inédito de licenciamento de obras, contribuindo para a viabilização de projetos e para a circulação de conteúdos no cinema e em outras janelas. Ressaltou, contudo, a importância de preservar modelos independentes de produção e financiamento, de modo a garantir sustentabilidade de longo prazo e receitas recorrentes.

Por fim, enfatizou que um dos principais desafios atuais das políticas públicas do audiovisual consiste em ampliar o alcance da produção nacional junto à sociedade brasileira, fortalecendo a comunicação e a difusão cultural em todo o território nacional. Concluiu defendendo que as ações do Conselho devem priorizar o fortalecimento e a ampliação do que já vem apresentando resultados positivos, evitando rupturas desnecessárias, com foco na soma de esforços, no crescimento do setor e na valorização da cultura brasileira.

A **Conselheira Paula Gomes** agradeceu ao Prof. Manuel Rangel pela exposição, destacando sua contribuição para o alinhamento conceitual do Conselho e para a abertura de um novo momento de reflexão estratégica sobre as políticas do audiovisual. Agradeceu também à Secretaria-Executiva pela iniciativa de inaugurar um novo formato de encontros.

Ressaltou a necessidade de construção de consensos e de atuação integrada para a ocupação dos mercados interno e externo, enfatizando que o fortalecimento do audiovisual depende da diversidade e da complexidade do ecossistema. Defendeu a avaliação dos acertos e limites das políticas anteriores, com foco no seu aprimoramento.

Pontuou que o debate não deve se restringir ao fomento, sendo necessário articular diferentes instrumentos de política pública como regulação e incentivos fiscais e considerar os distintos portes dos agentes econômicos. Destacou ainda a importância de um olhar ampliado sobre a exibição, incluindo cinema, televisão e streaming, e concluiu pela necessidade de diálogo contínuo e construção coletiva diante dos desafios do setor.

Na sequência, a **Conselheira Luiza da Luz Lins** agradeceu ao Prof. Manoel Rangel pela exposição e ressaltou a relevância do debate. Destacou que, historicamente, as políticas públicas do audiovisual têm alcançado majoritariamente produtores e distribuidores, com alcance limitado aos exibidores e, sobretudo, à sociedade brasileira. Enfatizou a necessidade de reformulação das estratégias para que o audiovisual nacional chegue efetivamente ao público, ressaltando a importância de ações estruturadas de formação de público e de cidadania.

Em sua manifestação final, o **Prof. Manoel Rangel** destacou as transformações recentes do mercado audiovisual, especialmente a ampliação das possibilidades de circulação internacional a partir do mercado de licenças, ressaltando a necessidade de fortalecimento desse mercado no Brasil, inclusive por meio da regulação do VoD. Apontou que a política pública ainda não acompanhou plenamente essas mudanças, enfatizando que a efetividade das ações deve ser aferida pela prática.

Compartilhou experiências relacionadas à implementação do Fundo Setorial do Audiovisual, destacando a importância de maior clareza e objetividade na formulação e comunicação das políticas, bem como a criação de mecanismos específicos para inovação artística e de linguagem. Ressaltou, ainda, a preservação institucional da ANCINE nos anos recentes como uma conquista relevante, atribuída ao desempenho da atual gestão e do corpo técnico da Agência.

Por fim, enfatizou a necessidade de revisão das políticas de financiamento, com aprimoramento dos mecanismos de avaliação, seleção e articulação entre os instrumentos existentes, de modo a garantir legitimidade, transparência e reconhecimento coletivo das decisões. Destacou a importância do fortalecimento do espírito público nos espaços colegiados, defendendo a atuação dos representantes da sociedade civil orientada pelo interesse público e pela busca de políticas mais equilibradas, diversas e alinhadas ao desenvolvimento sustentável do setor audiovisual.

O **Sr. Manoel Rangel** destacou a necessidade de que a política pública do cinema e do audiovisual seja conduzida pelo espírito público, com visão estratégica ampla e integrada, capaz de mobilizar diferentes órgãos e instrumentos do Estado. Ressaltou que os avanços do setor ocorreram justamente pela articulação intersetorial e pela superação de interesses particulares em favor de objetivos coletivos.

Enfatizou a urgência de restabelecer o sentido, a coesão e os objetivos pactuados da Política Nacional do Cinema e do Audiovisual, apontando a existência de um contexto favorável para esse avanço. A **Secretária Joelma Gonzaga** agradeceu a contribuição, ressaltando a importância da fala para inaugurar uma nova etapa dos trabalhos do Conselho Superior do Cinema.

A Coordenadora-Geral de Governança Audiovisual, **Sra. Renata Magioli Santos** destacou a relevância do seminário e das contribuições apresentadas para subsidiar os próximos debates do Conselho, em especial a elaboração e discussão do Plano de Diretrizes e Metas (PDM), entendido como instrumento central para conferir coerência, estratégia e visão pública às políticas do audiovisual.

Em razão do horário, a **Secretária Joelma Gonzaga** encaminhou a aprovação da agenda de trabalho, informando que o documento havia sido previamente debatido e ajustado com a incorporação das contribuições dos conselheiros. Não havendo manifestações contrárias, a agenda foi aprovada.

A conselheira **Mariza Leão** ressaltou a importância de priorizar o debate sobre o Fundo Setorial do Audiovisual, preocupação que, conforme esclarecido pela **Coordenadora-Geral Renata Magioli**, já foi contemplada na agenda aprovada, com previsão de discussão prioritária na próxima reunião, juntamente com o PDM.

A conselheira **Rosana Alcântara** solicitou a participação da ANCINE, com apresentação de informações sobre o Fundo Setorial, para subsidiar as deliberações do Conselho. **Secretária Joelma Gonzaga** informou que a demanda está em análise, considerando questões jurídicas relacionadas a decisões do **TCU**, a serem esclarecidas em reunião futura.

Na sequência, propôs a abertura de debate sobre a regulação do Vídeo sob Demanda (VoD), destacando a leitura preliminar de relatório recentemente divulgado, o qual, segundo avaliação inicial, não apresenta avanços relevantes, especialmente no que se refere à produção independente, configurando possível retrocesso em relação às posições defendidas pelo setor.

Foi relatado que há intensa articulação institucional em curso, incluindo diálogo com parlamentares e representantes do governo federal, com o objetivo de promover alterações no relatório antes de sua apreciação legislativa. A conselheira informou que a Secretaria de Regulação da ANCINE encontra-se realizando nova análise técnica do documento.

Destacou-se, ainda, que o tema alcançou instâncias estratégicas do governo, com envolvimento do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)** por conta da NIB, foi convocada uma reunião para tratar do assunto, com participação de autoridades governamentais e definição de estratégia política frente à tramitação do projeto.

Por fim, a conselheira enfatizou a necessidade de mobilização e engajamento do setor audiovisual, diante da iminência da votação e da relevância do tema para o futuro da política pública do audiovisual brasileiro.

O conselheiro **Lucio Otoni** solicitou esclarecimentos à Secretaria sobre os principais pontos do relatório em discussão que configuram retrocessos, com o objetivo de orientar a atuação dos conselheiros junto às suas respectivas bases.

Em resposta, a Secretária **Sr. Joelma Gonzaga** informou que os pontos críticos serão sistematizados e encaminhados ao Conselho a partir da análise técnica em curso pela **ANCINE**, destacando, de forma preliminar, a ausência de medidas voltadas à **produção independente**, bem como a manutenção de dispositivos já anteriormente apontados como prejudiciais ao setor audiovisual.

O conselheiro **Clemilson Farias** solicitou esclarecimentos quanto ao posicionamento estratégico do Governo Federal em relação à tramitação do relatório em debate, indagando se a orientação será pela obstrução, retirada de pauta ou apresentação de emendas em plenário. Destacou a necessidade de um direcionamento claro para que os conselheiros possam orientar suas bases e dialogar com os parlamentares, especialmente quanto à recomendação de não aprovação do texto na forma atual.

A conselheira **Rosana Alcântara** informou ter analisado o relatório apresentado ao plenário, destacando que o texto permanece substancialmente inadequado. Apontou como únicos avanços identificados a retirada da CEAC, dos dispositivos sobre propriedade cruzada e da remuneração de youtubers. Ressaltou, contudo, que o conceito de produção independente não foi contemplado, mantendo-se como o principal ponto crítico do relatório.

A conselheira registrou a agilidade do Ministério e do Governo Federal na tentativa de articulação política ao longo da semana, ponderando que o relator demonstra resistência a alterações substanciais, salvo mediante forte pressão governamental. Avaliou que a definição sobre eventual retirada de pauta ou outra estratégia deverá ocorrer após reunião prevista para a terça-feira seguinte.

Destacou, ainda, a importância da mobilização do setor, inclusive por meio de campanhas públicas, considerando que o texto não comporta simples emendas, uma vez que apresenta fragilidades estruturais.

Em complemento, a **Secretária Joelma Gonzaga** esclareceu que a reunião prevista no início da semana definirá de forma mais clara a estratégia governamental, reiterando que o relatório não contempla a produção independente, nem os princípios de desenvolvimento, sustentabilidade, direitos patrimoniais e propriedade intelectual, essenciais à política pública do audiovisual brasileiro.

O conselheiro **Fernando Alberto Coelho de Magalhães** acrescentou que a retirada dos dispositivos mencionados (quinto e sexto artigos) decorreu de pleito específico de empresas do setor, com articulação de entidades representativas, não sendo este, contudo, o principal problema regulatório enfrentado atualmente.

Destacou como ponto relevante o fato de que, no debate legislativo anterior, houve a exclusão da aplicação da lei tanto à TV por assinatura (CEAC) quanto aos serviços equivalentes ofertados via *streaming*, tendo este último sido posteriormente reinserido no escopo regulatório. Ressaltou que tal mudança exige cautela, considerando que o mercado de TV por assinatura encontra-se em retração, enquanto os serviços de vídeo sob demanda seguem em expansão.

Alertou para os impactos recentes no setor, citando a redução e descontinuidade de canais por grandes grupos internacionais, como Paramount e Disney, que historicamente adquiriam e cumpriam cotas de conteúdo brasileiro independente. Enfatizou, por fim, a necessidade de atenção especial à formulação da política pública, de modo a proteger um segmento de mercado em declínio, evitando o agravamento da redução de espaços para a produção audiovisual nacional independente.

A conselheira **Rosana Alcântara** manifestou concordância quanto à necessidade de proteção do mercado audiovisual, ponderando, entretanto, que a atual proposta de atualização da Lei do SEAC não decorreu de um debate amplo sobre a regulação da comunicação social e do streaming. Destacou que, embora considere relevante a supressão dos artigos quinto e sexto, este lhe parece ser o único ponto positivo do novo substitutivo, avaliando que, em sua essência, o texto permanece inadequado.

A **Secretária Joelma Gonzaga**, informou que o relatório foi encaminhado aos conselheiros e solicitou seu envio formal por e-mail a todos. Esclareceu que está em curso uma análise técnica

aprofundada pela Secretaria de Regulação da Ancine, tendo sido realizada apenas uma leitura preliminar para comparação entre as versões do relatório. Ressaltou que, até o momento, a única alteração substancial identificada foi a retirada dos artigos quinto e sexto, permanecendo o restante do texto praticamente inalterado, com a inclusão de dispositivo relativo a campanhas de saúde pública.

Questionada pelo conselheiro **Clemilson Farias** sobre a previsão de votação do relatório na Câmara dos Deputados, Joelma informou que o relator sinalizou a possibilidade de retomada da pauta na próxima semana, possivelmente na quarta-feira, sem confirmação definitiva. Em razão disso, foi destacada a importância de uma reunião, no início da semana, com a alta cúpula do governo, incluindo o Vice-Presidente da República, para definição da estratégia institucional.

Foi enfatizada a necessidade de intensificação da mobilização do setor audiovisual, envolvendo parlamentares, artistas, redes sociais e bases políticas, a fim de manter o tema em evidência junto ao Congresso Nacional. Joelma informou, ainda, que dialogará com o Fórum de Secretários de Cultura para ampliar a articulação institucional.

O conselheiro **Clemilson Farias** reiterou a importância de um direcionamento claro do posicionamento do governo — especialmente quanto à orientação pela não aprovação do texto — de modo a subsidiar as ações de mobilização e comunicação junto às bases parlamentares. Joelma esclareceu que tal definição dependerá das deliberações a serem realizadas na reunião governamental prevista para o início da semana, comprometendo-se a compartilhar os encaminhamentos assim que disponíveis.

A Secretária **Joelma Gonzaga** informou que está em andamento uma análise técnica aprofundada do substitutivo pela Secretaria de Regulação da Ancine, com a qual mantém contato direto. Relatou que, a partir de leitura preliminar, constatou que a única alteração relevante no texto foi a supressão dos artigos quinto e sexto, permanecendo o restante praticamente inalterado, com a inclusão de dispositivo referente à veiculação de campanhas de saúde pública. Manifestou preocupação com o teor geral do texto.

A conselheira **Vânia Lima** ponderou sobre a necessidade de evitar a elaboração de um documento excessivamente longo ou disperso, ressaltando a importância de objetividade.

A conselheira **Rosana Alcântara** reforçou que o texto a ser elaborado não deve inovar ou introduzir novos elementos, devendo se basear nas referências já existentes, especialmente no substitutivo anteriormente apresentado, mantendo coerência e concisão.

A Coordenadora- Geral **Renata Magioli Santos** informou que a nota técnica da Ancine já foi encaminhada aos conselheiros, destacando que o documento está estruturado ponto a ponto, com a indicação clara dos aspectos considerados retrocessos. Ressaltou a importância de alinhar qualquer manifestação do Conselho à posição institucional da Ancine e do Ministério, a fim de evitar conflitos de posicionamento.

O conselheiro **Mauro Alves Garcia** manifestou concordância quanto à necessidade de alinhamento com a posição oficial da Ancine.

Joelma esclareceu que o acompanhamento do tema está sendo realizado em tempo real pela equipe técnica e colocou-se à disposição para receber contribuições ao rascunho de eventual moção ou manifestação, inclusive por meio eletrônico.

O conselheiro **Clemilson Farias** sugeriu a construção colaborativa do documento, por meio de compartilhamento digital, para inclusão de comentários e sugestões dos conselheiros. A conselheira **Rosana Alcântara** concordou com a proposta, comprometendo-se a encaminhar um texto-base para contribuições.

A Coordenadora- Geral **Renata Magioli** informou que providenciará a criação de grupo de trabalho e o envio das orientações por e-mail aos conselheiros.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, com agradecimentos da presidência aos participantes.

**Ministério da Cultura (Presidência)**

Margareth Menezes da Purificação Costa  
Joelma Oliveira Gonzaga

**Advocacia-Geral da União**

César Venturini Dutra Carrijo  
Ana Salett Marques Gulli

**Casa Civil da Presidência da República**

Débora Nogueira Beserra  
Carla Ramos

**Ministério das Comunicações**

Wilson Diniz Wellisch  
Tawfic Awwad Júnior

**Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços**

Uallace Moreira Lima  
Adriana de Azevedo Silva Teixeira

**Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania**

Thiago Alves da Silva Costa  
Miriam Gomes Alves

**Ministério da Educação**

Rodrigo Rangel Pinto Junior  
Amanda Machado dos Santos Duarte

**Ministério da Fazenda**

Cid Antônio Paraguassu de Andrade Junior  
Priscila Gebrim Louly

**Ministério da Justiça e Segurança Pública**

Ricardo de Lins e Horta  
Eduardo de Araújo Nepomuceno

**Ministério do Planejamento e Orçamento**

Anderson Luiz Alves de Oliveira  
Paulo Henrique Possas

**Ministério das Relações Exteriores**

Embaixador Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto  
Embaixador Marco Antonio Nakata

**Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República**

Ricardo Henrique Stuckert  
José Rezende de Almeida Júnior

**Indústria Cinematográfica Nacional**

Débora Regina Ivanov Gomes  
Mariza Leão Salles de Rezende  
Clemilson de Almeida Farias  
Gabriel Amaral Pires  
Rodolfo Fernandes de Souza Salema  
Mauro Alves Garcia

Sandro Gonçalves Rodrigues  
Cícero Araújo Aragon dos Santos  
Lúcio Fernandes Otoni  
Jack Jonathan de Melo Silva  
Renata Brandão Alves  
Paula Alessandra de Oliveira Gomes  
Aleteia Patrícia de Almeida Selonk  
Luiza da Luz Lins

**Sociedade Civil**

Tatiana Alves de Carvalho Costa  
Rosana dos Santos Alcântara  
Vânia Alves Smith Lima  
Jussara Locatelli  
Gláucia Madalena Moreira Camargos  
Gustavo Soares Steinberg  
Cíntia Domit Bittar  
Joyce Prado Almeida



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Machado dos Santos Duarte, Usuário Externo**, em 13/04/2026, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vânia Alves Smith Lima, Usuário Externo**, em 13/04/2026, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Soares Steinberg, Usuário Externo**, em 13/04/2026, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Luiza da Luz Lins, Usuário Externo**, em 13/04/2026, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Cid Antonio Paraguassu de Andrade Junior, Usuário Externo**, em 13/04/2026, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **JACK JONATHAN DE MELO SILVA, Usuário Externo**, em 13/04/2026, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Jussara Locatelli, Usuário Externo**, em 13/04/2026, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.

---



Documento assinado eletronicamente por **marco antonio nakata, Usuário Externo**, em 13/04/2026, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.

---



Documento assinado eletronicamente por **Paula Alessandra de Oliveira Gomes, Usuário Externo**, em 14/04/2026, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.

---



Documento assinado eletronicamente por **Cíntia Domit Bittar, Usuário Externo**, em 14/04/2026, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.

---



Documento assinado eletronicamente por **CLEMILSON DE ALMEIDA FARIAS, Usuário Externo**, em 14/04/2026, às 12:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.

---



Documento assinado eletronicamente por **Mariza Leão S de Rezende, Usuário Externo**, em 15/04/2026, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.

---



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Alberto Coelho de Magalhaes, Usuário Externo**, em 16/04/2026, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.

---



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo de Araújo Nepomuceno, Usuário Externo**, em 16/04/2026, às 12:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.cultura.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.cultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2680494** e o código CRC **E335753E**.

---